



PBPC
ISSN 2674-9432



Qualis A3
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no
Google Acadêmico

A TRILHA DA DEMOCRACIA: uma jornada de aprendizado sobre os Três Poderes

Magno Maciel da Silva¹, Vilma Rodrigues Chaves², Wemerson Oliveira de Sá³, Claudia Harumi Kawanami Rocha⁴, Luciana Rosa de Oliveira Andrade⁵



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n1p1111-1140>

Artigo recebido em 4 de Dezembro e publicado em 4 de Fevereiro de 2026

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

Este artigo apresenta o projeto de intervenção pedagógica desenvolvido na E.E.E.F.M. Estácio de Sá, em Rondônia. A iniciativa surge da premissa de que a compreensão da organização político-administrativa do Brasil, em particular o sistema democrático e a separação dos Poderes, é fundamental para o exercício da cidadania. A divisão entre Poderes Executivo (administração do território), Legislativo (elaboração das leis) e Judiciário (fiscalização do cumprimento das leis) é um pilar democrático essencial, concebido para evitar a concentração e o abuso de poder, conforme a máxima de Montesquieu: "é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder". O projeto visa aprofundar o conhecimento dos alunos do 7º e 8º ano sobre esses aspectos históricos e funcionais, tendo como objetivo geral proporcionar-lhes uma compreensão clara e prática do funcionamento dos Três Poderes, promovendo a reflexão crítica sobre sua importância na sociedade brasileira. Os objetivos específicos incluem identificar funções e responsabilidades, compreender a importância da separação dos poderes para a democracia, e desenvolver o pensamento crítico, habilidades de pesquisa e participação ativa em questões sociais, baseando-se na metodologia dialética, utilizando a discussão e argumentação (tese e antítese) para conduzir os alunos à síntese do conhecimento por meio da interdisciplinaridade. As ações são divididas em quatro etapas práticas: a pesquisa em grupo sobre as funções de cada poder; a visita técnica a instituições públicas, como Câmara Municipal, Prefeitura, Fórum, Cartório Eleitoral, Defensoria Pública e Promotoria de Justiça, para uma visão prática do funcionamento dos poderes; a produção textual com proposta de lei, visando o desenvolvimento de habilidades de escrita formal e técnica; e a interpretação de cálculos percentuais e gráficos eleitorais. Tais atividades buscam promover uma compreensão básica e diferenciada dos Três Poderes, desenvolvendo enfim habilidades cidadãs, como comunicação, senso crítico e respeito à diversidade de opiniões, que estimulem o engajamento ativo dos alunos na vida pública.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Democracia. Cidadania. Três Poderes



THE PATH TO DEMOCRACY: a learning journey about the Three Branches of Government

ABSTRACT

This article presents the pedagogical intervention project developed at the Estácio de Sá State Elementary and High School in Rondônia. The initiative stems from the premise that understanding the political-administrative organization of Brazil, particularly the democratic system and the separation of powers, is fundamental to the exercise of citizenship. The division between the Executive (administration of the territory), Legislative (lawmaking), and Judicial (oversight of law enforcement) branches is an essential democratic pillar, designed to prevent the concentration and abuse of power, according to Montesquieu's maxim: "it is necessary that, by the arrangement of things, power should check power". The project aims to deepen the knowledge of 7th and 8th grade students about these historical and functional aspects, with the general objective of providing them with a clear and practical understanding of the functioning of the Three Branches of Government, promoting critical reflection on their importance in Brazilian society. Specific objectives include identifying functions and responsibilities, understanding the importance of the separation of powers for democracy, and developing critical thinking, research skills, and active participation in social issues, based on the dialectical methodology, using discussion and argumentation (thesis and antithesis) to lead students to a synthesis of knowledge through interdisciplinarity. The activities are divided into four practical stages: group research on the functions of each branch of government; technical visits to public institutions, such as the City Council, Mayor's Office, Courthouse, Electoral Court, Public Defender's Office, and Public Prosecutor's Office, for a practical view of how the branches of government function; the production of a draft law, aimed at developing formal and technical writing skills; and the interpretation of percentage calculations and electoral graphs. These activities seek to promote a basic and differentiated understanding of the Three Branches of Government, ultimately developing civic skills such as communication, critical thinking, and respect for diverse opinions, which encourage the active engagement of students in public life.

Keywords: Interdisciplinarity. Democracy. Citizenship. Three Branches of Government



Instituição afiliada – E.E.E.F.M. Estácio de Sá – Secretaria de Educação do Estado de Rondônia – SEDUC/RO

Autor correspondente: *Magno Maciel da Silva* [email: magnomaciel7@hotmail.com](mailto:magnomaciel7@hotmail.com)

¹ Professor de Geografia e História – SEDUC-RO. Graduado em Licenciatura em Geografia – Centro Universitário ETEP. Graduado em Licenciatura em História – Centro Universitário ETEP. Bacharel em Administração – UNOPAR. Pós-graduado em Metodologia do Ensino de Geografia e História - FIBMG. Pós-graduado em Geografia Regional – FACUVALE. Graduando em Gestão Pública – IFRO.

² Professora de Língua Portuguesa e Arte – SEDUC-RO. Graduada em Licenciatura em Letras: Português/Espanhol e suas respectivas literaturas – UNITINS. Pós-graduada em Linguística aplicada ao Ensino de Português e Espanhol - FAROL

³ Professor de Matemática – SEDUC-RO. Graduado em Licenciatura em Matemática – FACIMED. Pós-graduado em Metodologia do Ensino da Matemática – FAEL. Pós-graduado em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica – Faculdade Intervale. Pós-graduado em Tecnologias Educacionais e Práticas em Sala de Aula – Faculdade Intervale.

⁴ Chefe de Seção Pedagógica – SEDUC-RO. Graduada em Licenciatura em Letras – UNITINS. Pós-graduada em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social – IFRO. Pós-graduada em Linguística aplicada ao Ensino da Língua Espanhola – FAROL. MBA em Gestão Pública – FACUMINAS. Pós-graduada em Metodologia no Ensino de Arte – FAEL.

⁵ Auxiliar de sala – SEDUC-RO. Graduada em Licenciatura em Pedagogia – Cruzeiro do Sul. Graduada em Licenciatura em Geografia – UNIP. Pós-graduação em Alfabetização e Letramento – Faculdade de Educação São Luís. Pós-graduação em Metodologia do Ensino de História e Geografia - Faculdade de Educação São Luís.

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A formação para a cidadania constitui um dos pilares da educação básica em sociedades democráticas, sobretudo em contextos nos quais se faz necessário fortalecer a compreensão crítica acerca da organização político-administrativa do Estado. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a separação e a harmonia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário como princípio estruturante do Estado Democrático de Direito, assegurando mecanismos institucionais destinados a evitar a concentração e o abuso de poder. Tal concepção remonta à clássica formulação de Montesquieu, para quem “é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder”, fundamento teórico do sistema de freios e contrapesos.

Embora o tema da democracia e da organização do Estado esteja presente nos currículos da educação básica, observa-se, na prática escolar, uma lacuna significativa entre o conhecimento teórico apresentado nos materiais didáticos e a compreensão concreta do funcionamento das instituições democráticas. Com frequência, tais conteúdos são abordados de forma descritiva e abstrata, dissociados da realidade social e institucional dos estudantes, o que dificulta a apropriação crítica desses saberes e limita a formação de uma cidadania ativa e participativa, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental.

Nesse sentido, autores como Freire (1996) defendem uma educação problematizadora, capaz de articular o conhecimento escolar à realidade vivida pelos educandos, promovendo a reflexão crítica e o exercício consciente da cidadania. De modo complementar, Ausubel (2003) destaca que a aprendizagem significativa ocorre quando novos conhecimentos se relacionam de forma substantiva com estruturas cognitivas já existentes, o que pressupõe metodologias que valorizem a experiência, a investigação e a contextualização dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

É nesse cenário que se insere o projeto de intervenção pedagógica “A Trilha da Democracia: uma jornada de aprendizado sobre os Três Poderes”, desenvolvido na E.E.E.F.M. Estácio de Sá, no Distrito de Querência do Norte, município de Primavera de Rondônia, estado de Rondônia. A proposta parte da compreensão de que a vivência concreta dos espaços institucionais e a articulação interdisciplinar dos saberes escolares



podem contribuir para superar a distância entre teoria e prática no ensino da democracia. Assim, o projeto busca proporcionar aos estudantes uma compreensão clara e aplicada do funcionamento do Poder Executivo, responsável pela administração do território; do Poder Legislativo, incumbido da elaboração das leis; e do Poder Judiciário, responsável pela aplicação e fiscalização do cumprimento das normas jurídicas.

Do ponto de vista metodológico, a proposta fundamenta-se em uma abordagem dialética e interdisciplinar, inspirada nos pressupostos do ensino como pesquisa e da aprendizagem colaborativa, conforme defendido por Stenhouse (1987). A metodologia privilegia a discussão e a argumentação, operando a partir da relação entre tese e antítese para conduzir os estudantes à síntese do conhecimento, articulando diferentes componentes curriculares, como História, Geografia, Língua Portuguesa e Matemática. Tal organização busca superar a fragmentação do saber escolar e promover uma aprendizagem integrada, crítica e socialmente contextualizada.

No que se refere às práticas pedagógicas, o projeto estrutura-se em quatro etapas articuladas: pesquisa em grupo sobre as funções de cada poder; visitas técnicas a instituições públicas, incluindo Câmara Municipal, Prefeitura, Fórum, Cartório Eleitoral, Defensoria Pública e Ministério Público; produção textual com elaboração de proposta de lei; e interpretação de cálculos percentuais e gráficos eleitorais. Destaca-se a inclusão da Defensoria Pública e do Ministério Público como espaços formativos estratégicos, embora não integrem formalmente a tripartição dos Poderes da República. Tal escolha teve caráter pedagógico intencional, visando ampliar a compreensão dos estudantes acerca das funções essenciais à justiça e do papel dessas instituições na garantia dos direitos fundamentais e na consolidação do regime democrático.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar o projeto “A Trilha da Democracia” enquanto estratégia metodológica de ensino-aprendizagem, evidenciando suas contribuições para a superação da dicotomia entre teoria e prática no ensino da democracia, bem como para o desenvolvimento do pensamento crítico, da argumentação, das habilidades de pesquisa e da participação ativa dos estudantes em questões sociais e políticas, reafirmando o papel da escola e dos professores na formação de sujeitos conscientes, críticos e comprometidos com os valores do Estado



Democrático de Direito.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um **estudo de natureza qualitativa**, do tipo **relato de experiência com abordagem descritivo-analítica**, desenvolvido a partir de uma **intervenção pedagógica interdisciplinar** no contexto da educação básica. Tal delineamento metodológico mostra-se adequado para a análise de práticas educativas que buscam compreender processos formativos, interações sociais e construções de sentido no ambiente escolar, especialmente quando voltadas à formação cidadã e ao ensino da democracia.

O projeto foi realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Estácio de Sá, localizada no município de Primavera de Rondônia (RO), envolvendo estudantes do 7º e 8º ano do Ensino Fundamental II. Participaram das atividades alunos regularmente matriculados nessas séries, acompanhados por professores das áreas de Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática, além do setor de chefia pedagógica da instituição, configurando uma proposta de trabalho coletivo e colaborativo.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a intervenção fundamentou-se nos princípios da interdisciplinaridade, da educação dialógica e da aprendizagem significativa, articulando contribuições de Freire (1996), Ausubel (2003) e Stenhouse (1987). O professor assume o papel de mediador do processo de ensino-aprendizagem, compreendendo o ensino como pesquisa e os estudantes como sujeitos ativos na construção do conhecimento. Nessa perspectiva, priorizaram-se metodologias ativas, baseadas na investigação, na problematização e na participação crítica dos alunos.

A proposta metodológica também se ancora na **abordagem dialética**, operando a partir do confronto de ideias, da argumentação e da reflexão crítica (tese, antítese e síntese), com o objetivo de possibilitar aos estudantes a compreensão dos fenômenos políticos e institucionais de forma contextualizada e não fragmentada. Essa opção metodológica buscou superar práticas conteudistas tradicionais, favorecendo a articulação entre teoria e prática no ensino da democracia.



As ações pedagógicas foram organizadas em uma sequência didática estruturada em quatro etapas complementares:

1. Pesquisa em grupo sobre as funções dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com levantamento de informações históricas, jurídicas e geopolíticas, mediado pelos componentes curriculares de História e Geografia;
2. Visitas técnicas a instituições públicas, incluindo Câmara Municipal, Prefeitura, Fórum, Justiça Eleitoral, Defensoria Pública e Ministério Público, com o objetivo de proporcionar aos estudantes o contato direto com o funcionamento das instituições democráticas e das funções essenciais à justiça sob suporte da seção pedagógica;
3. Produção textual com elaboração de proposta de lei, orientada pela disciplina de Língua Portuguesa, visando ao desenvolvimento da escrita formal, da argumentação e do letramento político;
4. Interpretação de cálculos percentuais e gráficos eleitorais, conduzida pela disciplina de Matemática, possibilitando a leitura crítica de dados estatísticos relacionados aos processos eleitorais e à representatividade democrática.

Os dados produzidos ao longo da intervenção foram constituídos a partir da observação participante, dos registros pedagógicos realizados pelos docentes, das produções textuais dos alunos, das discussões em sala de aula e das atividades desenvolvidas durante as visitas técnicas. A análise desses dados ocorreu de forma qualitativa, buscando identificar evidências de aprendizagem significativa, desenvolvimento do pensamento crítico, ampliação da compreensão sobre o funcionamento do Estado e fortalecimento da participação cidadã.

Todo o processo foi acompanhado pela equipe gestora da escola, garantindo suporte institucional, organização logística e coerência pedagógica na execução das atividades por meio da chefia de seção pedagógica. Assim, a metodologia adotada permitiu integrar diferentes áreas do conhecimento em torno de um objetivo comum, contribuindo para a formação de estudantes capazes de compreender, analisar e intervir



de forma consciente no contexto democrático em que estão inseridos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Visando melhor aplicabilidade da metodologia e na busca de dos resultados e discussões, o referido projeto foi realizado de acordo com as seguintes etapas:

- *ETAPA 01 – PESQUISA EM GRUPO SOBRE AS FUNÇÕES DE CADA PODER*

A primeira etapa da intervenção pedagógica consistiu na realização de pesquisa em grupo sobre as funções institucionais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, configurando-se como o **momento inicial de sistematização teórica e de mobilização cognitiva** dos estudantes. Essa etapa teve como finalidade introduzir os conceitos fundamentais da organização do Estado Democrático de Direito, bem como estabelecer as bases conceituais necessárias para as atividades práticas subsequentes.

Do ponto de vista metodológico, a atividade foi orientada pelos princípios da aprendizagem ativa e da interdisciplinaridade, articulando os componentes curriculares de História e Geografia. A História contribuiu para a compreensão da gênese e da evolução da teoria da separação dos poderes no pensamento político moderno, situando-a no contexto das transformações sociais e das lutas por direitos. A Geografia, por sua vez, possibilitou a análise da organização político-administrativa do território, permitindo aos estudantes compreenderem como o exercício do poder se materializa nos diferentes níveis de governo e nos espaços institucionais.

Os estudantes foram organizados em grupos, sendo orientados a realizar levantamento de informações em fontes didáticas e paradidáticas, sob mediação docente, a fim de identificar e sistematizar as atribuições específicas de cada poder, reconhecendo o Poder Legislativo como responsável pela elaboração das leis, o Poder Executivo pela administração pública e implementação das políticas públicas, e o Poder Judiciário pela aplicação e fiscalização do cumprimento das normas jurídicas. Esse processo de investigação foi conduzido de modo a promover a autonomia intelectual, a cooperação e o desenvolvimento das habilidades de pesquisa.

Além da descrição funcional dos poderes, a pesquisa contemplou a análise do princípio da separação e harmonia entre os poderes, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, bem como a reflexão sobre sua importância para a garantia da



democracia, da justiça social e da proteção dos direitos individuais. Tal abordagem dialoga com a teoria clássica de Montesquieu, ao compreender a divisão dos poderes como mecanismo de contenção do autoritarismo e de equilíbrio institucional.

Como estratégia de aprofundamento, os alunos foram estimulados a realizar análises comparativas com outros sistemas políticos, identificando semelhanças e diferenças na organização dos poderes em distintos países. Essa abordagem ampliou a compreensão crítica acerca dos modelos de Estado e governo, favorecendo a leitura geopolítica da realidade e o desenvolvimento do pensamento analítico.

Ao final da etapa, as informações levantadas foram socializadas em sala de aula por meio de exposições orais e debates orientados, permitindo a confrontação de ideias e a construção coletiva do conhecimento. Essa socialização funcionou como momento avaliativo formativo, possibilitando ao professor identificar avanços conceituais, dificuldades de compreensão e a necessidade de retomadas teóricas. Assim, a Etapa 01 cumpriu o papel de fundamentação teórica e metodológica do projeto, preparando os estudantes para a vivência prática das instituições democráticas nas etapas subsequentes.

- *ETAPA 02 – VISITA TÉCNICA ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS QUE REPRESENTAM OS RESPECTIVOS PODERES*

Esta etapa constitui um **eixo estruturante do projeto**, destacando-se por sua relevância pedagógica e científica ao articular os conteúdos teóricos trabalhados em sala de aula com a experiência prática das instituições do Estado Democrático de Direito. Ao propiciar contato direto com as atribuições, competências e dinâmicas institucionais dos Poderes Públicos, a atividade favorece a construção de uma compreensão crítica sobre cidadania, educação política e social, criando bases conceituais e práticas para o desenvolvimento dos tópicos subsequentes do projeto.

A visita à Câmara de Vereadores do município de Primavera de Rondônia, realizada em março de 2025, constituiu a etapa inicial da sequência formativa voltada à análise integrada do funcionamento dos Poderes da República em âmbito municipal. A experiência teve como objetivo introduzir os estudantes ao funcionamento do Poder Legislativo local, promovendo a análise dos processos institucionais e preparando-os



conceitual e cognitivamente para a etapa seguinte, dedicada ao Poder Executivo, de modo a permitir uma compreensão sistêmica das relações entre poderes, da gestão pública e da dinâmica democrática municipal (BOBBIO, 2000; DAHL, 2012).

No âmbito do processo legislativo, a visita permitiu aos alunos observar as etapas de elaboração, tramitação, discussão e aprovação das leis municipais, incluindo iniciativa legislativa, deliberação em plenário e apreciação pelo Poder Executivo por meio de sanção ou veto. Tal experiência favoreceu a compreensão da Câmara de Vereadores como órgão normativo e fiscalizador, evidenciando a articulação entre produção legislativa e controle político-administrativo do Executivo, em consonância com o princípio de separação e harmonia entre os poderes previsto na Constituição Federal de 1988. Essa compreensão inicial do fluxo legislativo constitui insumo analítico relevante para a etapa subsequente, na qual a visita ao Executivo permitirá examinar a implementação das políticas públicas e a execução das normas aprovadas (MONTESQUIEU, 2000; SILVA, 2019).

A atividade também aprofundou a compreensão do papel dos vereadores como representantes eleitos, responsáveis por expressar demandas sociais, propor leis, fiscalizar a administração pública e atuar como mediadores entre sociedade e Estado. Essa análise, fundamentada na perspectiva da democracia representativa, evidenciou a legitimidade do poder político derivada do sufrágio universal e da responsabilidade dos agentes públicos perante a população. Tal entendimento fornece referência conceitual para a análise da atuação do chefe do Poder Executivo e de seus auxiliares, especialmente no que concerne à responsabilidade administrativa, execução orçamentária e prestação de contas, elementos centrais do princípio da accountability democrática (BOBBIO, 2000; O'DONNELL, 1998).

No eixo da participação cidadã, a visita possibilitou observar mecanismos institucionais de interação entre cidadãos e Legislativo, como sessões abertas, audiências públicas, tribuna popular e iniciativas legislativas de origem social. Estes instrumentos foram analisados como componentes da democracia participativa, que complementa a democracia representativa ao ampliar os canais de controle social e deliberação coletiva. A compreensão desses mecanismos fornece referencial analítico

essencial para a etapa seguinte, na qual a visita ao Executivo permitirá examinar a manifestação da participação social na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas municipais (AVRITZER, 2002; PATEMAN, 1992).

Foto 01 – À esquerda, os vereadores Diego Coutinho e Rogério Barbosa; à direita, as servidoras Ellen Bianca Franco, Juliana de Souza Costa Soares e Rosângela Machado Alves, recepcionando alunos e professores no auditório da Câmara Municipal de Primavera de Rondônia.



Dessa forma, a visitação à Câmara de Vereadores de Primavera de Rondônia cumpriu o papel de etapa introdutória e estruturante do percurso investigativo proposto, ao permitir a compreensão concreta do funcionamento do Poder Legislativo municipal e de sua interação institucional com os demais poderes. Ao anteceder a visita ao Poder Executivo municipal, essa experiência colabora para a construção de uma visão articulada do Estado Democrático de Direito em nível local, reforçando a importância das instituições representativas, da participação cidadã e da integração entre os poderes para a efetividade da democracia contemporânea (DAHL, 2012; BOBBIO, 2000)

Seguindo o cronograma estabelecido, a experiência de visitação à Câmara de Vereadores seguida da visita ao Poder Executivo Municipal possibilitou aos alunos uma análise integrada das instâncias decisórias locais.

A visitação permitiu evidenciar a dependência mútua entre a função legislativa, responsável pela normatização e fiscalização, e a função executiva, incumbida da administração direta e da implementação das políticas públicas. Tal articulação encontra

respaldo na Constituição Federal de 1988, que estabelece o município como ente federativo dotado de autonomia política, administrativa e financeira, exercida por meio de seus poderes constituídos (BRASIL, 1988).

Foto 02 – Prefeito Lucas Nunes – Município de Primavera de Rondônia recebendo os alunos no gabinete da prefeitura.



No que se refere ao objetivo de compreender a gestão pública, a atividade possibilitou aprofundar o entendimento acerca das responsabilidades do chefe do Executivo Municipal, especialmente no tocante à condução administrativa, à execução das leis aprovadas pelo Legislativo e à formulação de políticas públicas voltadas ao interesse coletivo. O prefeito, enquanto agente político e autoridade máxima do Executivo local, exerce funções de planejamento, coordenação e controle da máquina administrativa, sendo responsável pela gestão dos recursos públicos e pela efetivação das ações governamentais previstas no plano de governo e no orçamento público (MEIRELLES, 2016). A interação institucional observada entre vereadores e representantes do Executivo evidenciou, ainda, o papel fiscalizador da Câmara Municipal, fundamental para assegurar a legalidade, a eficiência e a transparência da administração pública.

A compreensão do processo de formulação e implementação das políticas públicas foi ampliada a partir da análise do fluxo decisório que se inicia no debate legislativo e se concretiza na ação administrativa do Executivo. As políticas públicas podem ser compreendidas como conjuntos articulados de decisões e ações estatais

voltadas à resolução de problemas coletivos, demandando coordenação entre diferentes órgãos e níveis de governo (SECCHI, 2013). Nesse cenário, a Câmara Municipal funciona como espaço de deliberação democrática, onde são discutidas e aprovadas leis, planos e o orçamento anual, enquanto o Executivo é responsável por converter essas diretrizes normativas em ações concretas por meio de suas secretarias e órgãos administrativos.

A visita também possibilitou conhecer, ainda que de forma introdutória, a estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal, composta por secretarias responsáveis por áreas estratégicas como educação, saúde, assistência social, infraestrutura e administração. Essa organização reflete princípios clássicos da administração pública, como a divisão de competências, a hierarquia funcional e a formalização de procedimentos, características do modelo burocrático racional-legal descrito por Weber (1999). A atuação coordenada entre essas secretarias mostrou-se essencial para garantir a efetividade das políticas públicas e a continuidade dos serviços prestados à população.

Foto 03 – Prefeito Lucas Nunes, Professor Magno Maciel, Professora Vilma Chaves, auxiliar de sala Luciana Andrade e alunos no Paço Municipal de Primavera de Rondônia - RO.



**Visita guiada ao paço Municipal de Primavera de Rondônia/RO
Poder Executivo Municipal**





No âmbito do conhecimento dos serviços públicos, a atividade destacou a relevância dos centros administrativos como espaços de materialização da ação estatal. Os serviços públicos municipais, entendidos como atividades destinadas à satisfação das necessidades essenciais da coletividade, devem observar princípios como eficiência, continuidade, universalidade e impessoalidade, conforme a doutrina do Direito Administrativo e os preceitos constitucionais que regem a administração pública (DI PIETRO, 2018; BRASIL, 1988). A observação da dinâmica institucional permitiu compreender como as decisões políticas e administrativas repercutem diretamente na qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos, reforçando a centralidade do Executivo na execução das políticas públicas. Ainda sobre esse momento, ao final do encontro, foi preparado um *coffee break* para os alunos e a equipe, contribuindo para um ambiente de acolhimento institucional e de integração entre os participantes.

Por fim, a interligação entre a visita à Câmara Municipal e o entendimento do funcionamento do Poder Executivo revelou-se fundamental para a compreensão do ciclo completo da gestão pública local, desde a elaboração das normas e diretrizes até sua implementação prática. Essa abordagem integrada prepara o campo analítico para a próxima etapa da atividade realizada na primeira quinzena do mês de abril, que consistirá na visita técnica ao Poder Judiciário da Comarca possibilitando ampliar a compreensão acerca do papel do Judiciário no controle da legalidade dos atos do Executivo e do Legislativo, na garantia dos direitos fundamentais e na consolidação do Estado Democrático de Direito, no qual a atuação harmônica e independente dos poderes constitui condição essencial para a governança pública e o fortalecimento da cidadania (BOBBIO, 2000).

Finalizando a Etapa 02, **a visita técnica ao sistema de justiça da Comarca de Pimenta Bueno/RO configurou-se como etapa central do percurso formativo** iniciado com a observação do Poder Legislativo municipal, o que permitiu o aprofundamento da compreensão sobre a aplicação e a interpretação do direito no âmbito jurisdicional. Diferentemente das etapas anteriores, o foco desta atividade concentrou-se na dinâmica decisória do Judiciário e nas atribuições essenciais à justiça, na garantia dos direitos fundamentais e no acesso à justiça.

O início deste percurso se deu com a visita ao Fórum Desembargador Darci



Ferreira na cidade e Comarca de Pimenta Bueno-RO, iniciada com processo de credenciamento para acesso dos visitantes a qual foi realizada pela servidora Evelyn Schneider Nobrega de Araújo que recepcionou e os orientou quanto as áreas de acesso e equipes atuantes no térreo do prédio. Após o encaminhamento do grupo aos setores administrativos do Fórum, a visita passou a ser conduzida pela servidora Paula Jaruzo dos Santos, cuja atuação teve papel central em toda a dinâmica do trajeto dentro da instituição, apresentando de forma sistemática a estrutura organizacional do Fórum, bem como a distribuição e a finalidade de cada setor, contribuindo para a compreensão do funcionamento administrativo e jurisdicional da instituição destacando a interdisciplinaridade do projeto.

Durante a visita, foram apresentados aos alunos os setores do Fórum, com detalhamento das atribuições funcionais, fluxos de trabalho e interdependência entre unidades administrativas e judiciais. A mediação das informações e o esclarecimento de dúvidas técnicas permitiram aos estudantes contextualizar os procedimentos internos, favorecendo a compreensão crítica da rotina institucional e da prestação de serviços à sociedade.

Essa organização sistemática e a articulação entre os diversos setores evidenciaram a interligação entre teoria e prática no serviço público, promovendo o desenvolvimento cognitivo dos alunos ao possibilitar a análise das estruturas administrativas e judiciais e a percepção das relações funcionais que sustentam a efetividade do sistema de justiça. A experiência reforçou a capacidade dos estudantes de interpretar e avaliar processos institucionais complexos, consolidando aprendizagens relacionadas à gestão, à cooperação organizacional e à implementação de políticas públicas.

Foto 04 – Servidora Evelyn Schneider na etapa de credenciamento dos visitantes

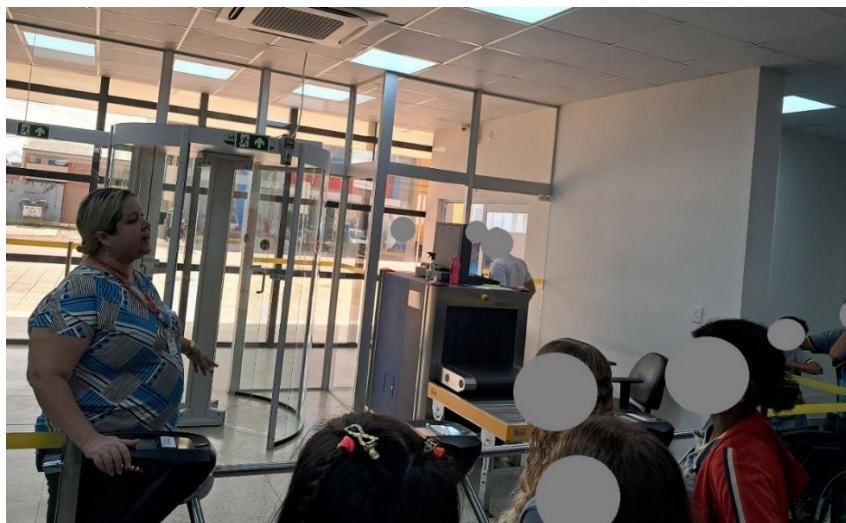


Foto 05 – Servidora Paula Jaruzo e Ozenira Justina apresentando a sala de audiência do júri do Fórum de Pimenta Bueno.



No âmbito do Fórum da Comarca, a interação com o juiz diretor evidenciou a centralidade da leitura e interpretação criteriosa de textos normativos, processuais e probatórios no exercício da função jurisdicional. O magistrado destacou que a atividade judicial não se restringe à aplicação mecânica da lei, mas requer análise contextualizada dos fatos, consideração de princípios jurídicos e valores constitucionais, e atribuição de sentido às normas em situações concretas.

Do ponto de vista pedagógico, a experiência permitiu aos alunos compreender como a interpretação qualificada de textos constitui instrumento essencial para a construção de decisões fundamentadas e justas. Essa abordagem favoreceu o

desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade analítica, ao demonstrar a articulação entre conhecimento teórico, interpretação normativa e práticas institucionais.

Além disso, a atividade reforçou a relevância da leitura crítica como competência central não apenas para operadores do direito, mas para a formação cidadã em geral, ao ampliar a compreensão dos estudantes sobre normas, decisões judiciais e mecanismos de proteção de direitos no Estado Democrático de Direito. A experiência contribuiu, assim, para consolidar aprendizagens que articulam teoria e prática, promovendo a capacidade de análise reflexiva e a compreensão das dimensões sociais, políticas e jurídicas do funcionamento do sistema de justiça.

Foto 06 – Wilson Soares Gama – MM Juiz de Direito da Comarca de Pimenta Bueno/RO, Professor Magno Maciel, auxiliar Daniele Andrade e alunos.



Posteriormente, os alunos analisaram o funcionamento do gabinete da 1ª Vara Cível, observando a realização de audiências presenciais e por videoconferência. A experiência possibilitou compreender os procedimentos jurisdicionais em diferentes modalidades, evidenciando a organização, a dinâmica decisória e a aplicação prática das normas processuais.

No contexto formativo, a atividade favoreceu o desenvolvimento cognitivo dos estudantes ao permitir a articulação entre teoria e prática jurídica, oferecendo compreensão concreta dos fluxos de trabalho judicial, da condução de audiências e da interação entre magistrado, partes e servidores. Essa vivência reforçou a capacidade de

análise crítica dos alunos sobre a implementação do direito no contexto institucional, ampliando a percepção das exigências interpretativas e procedimentais do sistema de justiça.

Foto 07 – Servidor Alan Daniel, Dr^a. Márcia Adriana Araújo Freitas – Juíza Titular da 1^a Vara Cível e alunos.



A visita ao Fórum da Comarca de Pimenta Bueno aprofundou a compreensão do sistema judiciário local, possibilitando o conhecimento de sua estrutura organizacional, de suas instâncias e do fluxo processual. Os alunos foram apresentados aos diversos setores administrativos e jurisdicionais, como contabilidade, setor de atendimento psicossocial, assistência social, salas de audiência e gabinetes de magistrados. O contato direto com juiz de direito e juíza de direito permitiu compreender o papel da magistratura na condução dos processos judiciais, na produção das decisões e na garantia da imparcialidade e da legalidade, princípios fundamentais da função jurisdicional (DIDIER JR., 2021).

Ao final da visita ao Fórum, observou-se que o **Judiciário atua como instância de resolução de conflitos e de controle dos atos do Legislativo e do Executivo**, assegurando a supremacia da Constituição e a proteção dos direitos fundamentais. Os estudantes puderam compreender a atuação do Poder Judiciário na resolução de conflitos e na aplicação das leis, observando como a interpretação dos textos legais e a análise criteriosa dos fatos são essenciais para a garantia da justiça. Esse momento marcou o encerramento de uma experiência focada na compreensão do julgamento, na

imparcialidade e na responsabilidade nas decisões que afetam diretamente a vida em sociedade.

Em seguida, o início da visita ao **Fórum Eleitoral** apresentou aos alunos uma realidade institucional distinta, porém complementar. Enquanto o Fórum comum concentra-se na aplicação das leis e na solução de litígios, o Fórum Eleitoral destaca-se pela organização do processo democrático, assegurando o direito ao voto, a veracidade das eleições e a representação popular. Essa transição demonstrou a diferença entre o Judiciário que julga e o órgão especializado que estrutura e garante a participação cidadã, ampliando a compreensão dos estudantes sobre as múltiplas funções do sistema de Justiça e sua importância para o fortalecimento da democracia.

Foto 08 – Servidora Ticiano Lippi Paulucci Conselvan apresentando aos alunos a sala das urnas do Fórum da 9ª Zona Eleitoral – Pimenta Bueno/RO



A visita ao Fórum Eleitoral permitiu compreender as especificidades da Justiça Eleitoral em relação à Justiça comum, destacando sua competência exclusiva para a organização, fiscalização e julgamento dos processos eleitorais. Recepcionados pela servidora Ticiano, os alunos tiveram acesso a informações sobre prazos para emissão e regularização de títulos eleitorais, etapas do processo eleitoral e suas alternâncias, funcionamento das urnas eletrônicas e diferenças estruturais e funcionais entre o fórum comum e o fórum eleitoral. Destacou-se o funcionamento dos cálculos gráficos percentuais utilizados na apuração dos votos, os quais se baseiam na totalização eletrônica dos sufrágios válidos, brancos e nulos, assegurando transparência,



publicidade e confiabilidade ao processo democrático (TSE, 2022). A atuação da Justiça Eleitoral revela-se diretamente vinculada às normas produzidas pelo Legislativo, uma vez que a organização do sistema eleitoral decorre de leis e resoluções que disciplinam o exercício da soberania popular.

Após a análise das atribuições dos Poderes Legislativo e Executivo em etapas anteriores deste projeto, a imersão no **Poder Judiciário** e em suas funções essenciais permitiu uma compreensão sistêmica de como o Estado brasileiro garante a ordem democrática e os direitos individuais.

A visita ao Fórum Eleitoral evidenciou a particularidade organizacional e fiscalizadora do Judiciário. Ao compreendermos as especificidades da Justiça Eleitoral — desde a atuação técnica da servidora Ticianá explicando sobre o funcionamento das urnas até os cálculos de apuração — percebe-se um Judiciário que não apenas julga, mas que garante a própria base do sistema democrático: a lisura do voto e a soberania popular, sempre em estrita observância às normas provenientes do Legislativo.

Contudo, para que essa estrutura judiciária e o próprio processo democrático sejam plenamente acessíveis ao cidadão, é imprescindível a atuação das funções essenciais à Justiça. Nesse ponto, a visita à **Defensoria Pública da Comarca de Pimenta Bueno complementa o estudo do Judiciário sob a perspectiva da inclusão**. Enquanto o Fórum Eleitoral organiza o exercício do poder político, a Defensoria Pública assegura dentre outros, que a vulnerabilidade social não seja um entrave ao exercício de direitos dos cidadãos.

Foto 09 – Defensor Público Flávio Júnior Campos Rodrigues – Núcleo da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (DPE-RO) de Pimenta Bueno e Professor Magno Maciel em conversa com os alunos.



No âmbito das funções essenciais à justiça, a visita à Defensoria Pública da Comarca de Pimenta Bueno contribuiu significativamente para o entendimento do acesso à justiça como direito fundamental. Durante a atividade, o coordenador do núcleo, defensor público Flávio Júnior Campos Rodrigues, apresentou a estrutura organizacional e o funcionamento da instituição, bem como suas principais atribuições constitucionais. Conforme destacado por ele, a Defensoria Pública resulta de um processo de mobilização democrática e tem como missão assegurar assistência jurídica integral e gratuita, especialmente aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social e econômica, historicamente excluídos do sistema de justiça. Essa atuação reafirma o papel da Defensoria como instrumento de concretização dos direitos fundamentais e de promoção da igualdade material.

O defensor público também ressaltou a relevância pedagógica da iniciativa, enfatizando que a vivência proporcionada pela visita amplia a compreensão dos estudantes acerca do papel institucional da Defensoria Pública e de sua importância na consolidação do Estado Democrático de Direito. A aproximação entre a instituição e a sociedade, especialmente por meio da participação de estudantes, reforça o compromisso institucional com a educação em direitos, diretriz fundamental da Defensoria Pública. A presença da comunidade escolar nos espaços institucionais contribui para a formação cidadã, ao promover o conhecimento sobre os mecanismos de proteção de direitos e os instrumentos disponíveis para sua efetivação.

Foto 10 – Defensor Público Flávio Júnior Campos Rodrigues, Professor Magno

Maciel, auxiliar Daniele Andrade e alunos em frente ao Núcleo da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (DPE-RO) de Pimenta Bueno.



A visita à Defensoria Pública da Comarca, possibilitou compreender a relevância dessa instituição como função essencial à justiça, embora não integrante dos três Poderes. A Defensoria Pública tem como missão institucional a promoção do acesso à justiça e a defesa dos direitos dos cidadãos em situação de vulnerabilidade econômica e social, prestando assistência jurídica integral e gratuita, conforme previsto no artigo 134 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Foram apresentadas as áreas de atuação da Defensoria, incluindo demandas cíveis, familiares, criminais e coletivas, evidenciando seu papel como instrumento de concretização da cidadania e de efetivação dos direitos fundamentais. A atuação da Defensoria revela-se complementar à atividade legislativa, uma vez que viabiliza a aplicação concreta das leis produzidas pelo Legislativo, garantindo que alcancem efetivamente a população.

Após a imersão nas atribuições da Defensoria Pública e na compreensão de seu papel fundamental na assistência aos hipossuficientes, o itinerário acadêmico direcionou-se ao **Ministério Público (MP)**. Esta última etapa da visita técnica é estratégica, pois encerra o ciclo de compreensão das instituições que, embora autônomas e não vinculadas à tripartição clássica dos Poderes, transmitem dinamismo e equilíbrio ao sistema jurídico brasileiro.

Se a Defensoria Pública atua na ponta da proteção individual e coletiva dos vulneráveis, o Ministério Público apresenta-se como o "Fiscal da Ordem Jurídica" (*custos*

legis). A visita a este órgão permitiu observar a outra face das Funções Essenciais à Justiça: a defesa dos interesses transindividuais, do regime democrático e da legítima aplicação da lei.

Neste último momento, os estudantes puderam contrastar as missões institucionais e perceber como a atuação ministerial — seja na esfera criminal, na proteção do patrimônio público ou no meio ambiente — complementa o ecossistema de garantias constitucionais que sustenta o Estado Democrático de Direito.

O Ministério Público atua na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, exercendo funções como a fiscalização do cumprimento das leis, a promoção da ação penal pública e a tutela dos direitos coletivos (MAZZILLI, 2018). A interação institucional evidenciou a importância do Ministério Público como órgão de controle externo da atividade administrativa e legislativa, **podendo questionar judicialmente atos normativos ou administrativos que violem a Constituição ou o interesse público.**

Foto 11 – Professor Magno Maciel, auxiliar Daniele Andrade e alunos no auditório do Ministério Público do Estado de Rondônia – Promotoria de Justiça de Pimenta Bueno.



A conclusão da Etapa 02 consolidou a transição do campo teórico para a observação prática, permitindo que os alunos do 7º e 8º ano compreendessem a interdependência funcional entre os Poderes e as Funções Essenciais à Justiça. Ao percorrerem o itinerário que se iniciou no Legislativo e Executivo de Primavera de Rondônia e culminou no sistema de justiça de Pimenta Bueno — passando pelo Fórum, Defensoria e Ministério Público —, os alunados visualizaram como a norma jurídica,



discutida na Câmara, ganha materialidade na gestão do Paço Municipal e proteção nas instâncias judiciais. Esta imersão possibilitou que conceitos complexos, como a assistência integral da Defensoria e o papel de *custos legis* do Ministério Público, fossem internalizados como garantias fundamentais da cidadania e do equilíbrio democrático.

Além disso, as experiências coletadas servirão de experiência prática para o retorno às atividades em sala de aula, onde as informações colhidas no Fórum Eleitoral — especialmente sobre o funcionamento das urnas e a totalização de votos — serão convertidos em análises matemáticas e construção de gráficos de desempenho eleitoral. Simultaneamente, o conhecimento sobre o fluxo procedimental e a importância da interpretação textual, enfatizada pela magistratura durante a visita, fundamentarão a próxima etapa de produção textual. Nela, terão como desafio aplicabilidade do rigor da norma-padrão e a técnica legislativa para redigir suas próprias propostas de lei, transformando a observação das carências sociais em instrumentos de intervenção democrática, fechando de forma interativa o ciclo entre a realidade institucional e a prática pedagógica.

- **ETAPA 03 – PRODUÇÃO TEXTUAL COM PROPOSTA DE LEI A SER VOTADA**

A terceira etapa do projeto, denominada Produção Textual com Proposta de Lei, representa o momento de síntese intelectual e de aplicação prática dos conhecimentos obtidos durante as incursões teóricas e visitas técnicas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Essa fase, em termos estruturais tem como objetivo promover o letramento político e a familiarização com a técnica legislativa, reafirmando a compreensão da linguagem como instrumento central para o exercício da cidadania e para a atuação consciente no espaço público (BOBBIO, 2000; DAHL, 2012). Nesse cenário, os alunos são desafiados a mobilizar habilidades linguísticas formais, de argumentação e de organização lógica do pensamento, competências indispensáveis para a elaboração de documentos normativos e governamentais.

O desenvolvimento da produção textual inicia-se pela análise detalhada da estrutura clássica do texto legal, incluindo epígrafe, ementa, artigos e parágrafos, de modo a permitir que os estudantes entendam a função e inter-relação de cada elemento. A mediação pedagógica, orientada por princípios didáticos da Língua



Portuguesa, é essencial para transformar as observações empíricas coletadas nas visitas institucionais em proposições jurídicas coerentes, com rigor formal e argumentativo. Particularmente na elaboração da justificativa do projeto de lei, os alunos são estimulados a estruturar ideias de forma clara, concisa e fundamentada no interesse coletivo, desenvolvendo habilidades de persuasão e de argumentação fundamentada.

Do ponto de vista cognitivo, essa etapa promove significativa evolução intelectual, ao exigir que os estudantes assumam a posição de propositores de soluções sociais, deslocando-os da condição de observadores para agentes ativos no processo de aprendizagem do funcionamento do Estado Democrático de Direito. A familiarização com o rito de elaboração e tramitação legislativa permite aos alunos compreender que a norma jurídica não é apenas um conjunto de regras a serem aplicadas mecanicamente, mas uma construção linguística que estrutura a realidade social, exigindo interpretação criteriosa, análise crítica e articulação de valores jurídicos, éticos e sociais.

O exercício da redação legislativa demanda elevado nível de abstração, sistematização e domínio linguístico, evidenciando a necessidade de tempo para maturação cognitiva e aprimoramento contínuo das propostas de lei, de modo a garantir precisão técnica, clareza e adequação formal. Assim, a etapa não se encerra de forma conclusiva, permanecendo em desenvolvimento nas atividades em sala de aula, o que reforça a **concepção da aprendizagem como processo progressivo e reiterativo**, em que a prática constante consolida competências cognitivas, linguísticas e políticas.

Cognitivamente, a etapa fortalece habilidades de análise crítica, argumentação estruturada e interpretação de textos complexos, promovendo a integração entre teoria e prática legislativa. A produção textual, nesse contexto, funciona como elo final de uma cadeia de aprendizagem que articula o estudo da tripartição dos poderes, a observação das práticas institucionais e a experiência concreta de proposição normativa, capacitando os alunos a participar do debate democrático de maneira informada e fundamentada.

Em síntese, a Etapa 03 contribuiu para a consolidação da compreensão sobre o funcionamento do Poder Legislativo, a internalização da função normativa da linguagem e o desenvolvimento de competências cognitivas, argumentativas e políticas. Ao



assumir o papel de propositores de leis, os estudantes passaram a compreender o exercício da cidadania de forma ativa, fortalecendo sua percepção sobre a participação social, a responsabilidade coletiva e a possibilidade de atuação crítica e fundamentada no espaço público.

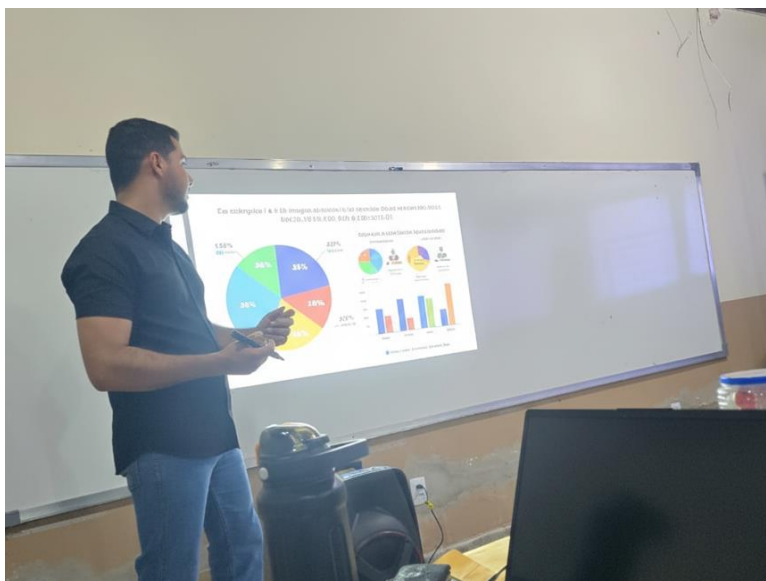
- *ETAPA 04 – INTERPRETAÇÃO DE CÁLCULOS PERCENTUAIS E GRÁFICOS ELEITORAIS*

Essa visão integrada da produção normativa vista anteriormente conecta-se diretamente à vertente matemática do projeto, evidenciando que a interdisciplinaridade é o alicerce para uma compreensão abrangente do Estado. A necessidade de maturação cognitiva para a redação das leis, justifica-se pela complexidade de **fundamentar propostas em dados reais**, exigindo que o aluno não apenas domine a escrita formal, mas também saiba interpretar os indicadores quantitativos que regem a administração pública.

Nesse sentido, a matemática deixa de ser uma disciplina isolada para tornar-se uma **ferramenta de validação técnica** das propostas legislativas. O estudo das porcentagens e das variações percentuais torna-se imprescindível para que o aluno analise, por exemplo, o impacto orçamentário de uma nova lei ou a proporcionalidade da representação política. Ao calcular aumentos, reduções e relações entre diferentes grandezas, o estudante de 7º e 8º ano desenvolve a capacidade de fundamentar sua justificativa textual em evidências lógicas, assegurando que o projeto de lei não seja apenas uma expressão de desejo, mas uma solução viável e baseada em fatos.

A integração da matemática no projeto é apresentada como uma linguagem técnica que permite decodificar o funcionamento das instituições, transformando dados abstratos em informações compreensíveis, especialmente através da análise detalhada de gráficos eleitorais. Esta vertente estatística permite que os estudantes compreendam a soberania popular não apenas como um conceito retórico, mas como um fato mensurável, onde a utilização de gráficos de setores (pizza) torna-se fundamental para visualizar e configurar a composição das câmaras legislativas e a distribuição proporcional de votos, convertendo votos nominais em percentuais de representatividade.

Foto 12 – Professor Wemerson de Sá explicando em sala de aula sobre demonstrativos de variações percentuais em gráficos.



A utilização de recursos visuais e estatísticos complementa essa etapa, permitindo que as informações colhidas nas visitas técnicas sejam organizadas em diferentes tipologias de gráficos, como barras, linhas ou setores. A identificação das características desses gráficos possibilita que o aluno compreenda a leitura das informações apresentadas e as relacione ao contexto social em que foram coletadas, como os dados de votação observados no Fórum Eleitoral ou a distribuição de recursos nas secretarias municipais.

Diante do conjunto de atividades desenvolvidas, os resultados evidenciam que a proposta metodológica adotada favoreceu a construção de uma aprendizagem significativa, crítica e contextualizada acerca do funcionamento do Estado Democrático de Direito. A articulação entre investigação teórica, vivência institucional e práticas interdisciplinares possibilitou aos estudantes superar uma compreensão meramente abstrata dos Três Poderes, promovendo a internalização de conceitos como representação política, participação cidadã, legalidade e controle institucional. Observou-se que o contato direto com os espaços do poder público ampliou a capacidade argumentativa dos alunos, estimulou o senso crítico e fortaleceu a percepção do papel do cidadão na democracia. Assim, os resultados obtidos demonstram que a educação política, quando trabalhada de forma dialógica, interdisciplinar e experiencial, constitui um instrumento eficaz para a formação de



sujeitos conscientes, participativos e comprometidos com os valores democráticos, preparando o terreno analítico para as reflexões apresentadas nas considerações finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "A Trilha da Democracia" demonstrou que a superação do ensino fragmentado é possível por meio de uma prática pedagógica intencional e dialógica. A articulação entre as disciplinas permitiu que o aluno não apenas recebesse informações, mas construísse conhecimento crítico sobre a estrutura do Estado.

Pela História, os estudantes compreenderam a origem e a evolução das instituições democráticas, permitindo aos discentes situarem-se como herdeiros de um processo civilizatório de lutas por direitos, transformando conceitos abstratos de Montesquieu em uma herança viva que deve ser preservada, enquanto a Geografia forneceu a base para a compreensão do território, onde as visitas técnicas transformaram os prédios públicos de "espaços físicos" em "espaços de poder e cidadania", revelando como a gestão administrativa molda a paisagem e a qualidade de vida em Rondônia. A Língua Portuguesa foi o eixo transversal que oportunizou a interpretação dos textos normativos e a produção técnica de propostas legislativas, desenvolvendo a competência comunicativa essencial ao exercício do poder. Por fim, a Matemática conferiu materialidade à democracia ao traduzir a vontade popular em dados estatísticos e gráficos, permitindo uma leitura científica dos processos eleitorais.

Conclui-se que o projeto logrou êxito em aproximar a teoria constitucional da realidade cotidiana dos alunos da escola Estácio de Sá. Ao vivenciarem o funcionamento dos Três Poderes e de órgãos como a Defensoria Pública e Ministério Público, os discentes deixaram a posição de espectadores deslocados de suas realidades para se tornarem sujeitos ativos, conscientes de seus direitos e da importância dos mecanismos de freios e contrapesos para o equilíbrio da justiça social e do regime democrático, evidenciando pela trilha percorrida que a educação para a democracia é um exercício de interdisciplinaridade aplicada.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. **Democracia e participação**. São Paulo: Cortez, 2002.

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos**: uma perspectiva cognitiva.



Lisboa: Plátano, 2003.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988.

DAHL, R. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**.
2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

STENHOUSE, Lawrence. **Research as a basis for teaching**. London: Heinemann, 1987

TSE. **Tribunal Superior Eleitoral - Estatísticas Eleitorais**, 2022.